

LUTA SOCIAL

Publicação de circulação nacional da Coordenação Anarquista Brasileira



Ano 1 - Abril 2017 - Número 1

www.vermelhoenegro.net

www.facebook.com/cabespecificista

cab.br@riseup.net



NÃO COMEÇOU HOJE, NÃO TERMINARÁ AMANHÃ: a contribuição das mulheres nas lutas anarquistas e libertárias

Não há dúvida que hoje em dia temos o reconhecimento social da luta das mulheres e de suas pautas. Nossa luta tem sido mais vista tanto no nosso dia-a-dia, quando exigimos respeito e liberdade nas relações, por exemplo, quanto nos movimentos sociais, em que defendemos nossos direitos coletivos. Sabemos, no entanto, que nem sempre foi assim.

Ao longo da história, nós mulheres tivemos que lutar muito para conseguir avanços na defesa de nossos direitos. Foram inúmeras mulheres que perderam suas vidas para hoje vivermos melhor. Direitos básicos como a igualdade de salário (ainda não plenamente adquirido), uma previdência com menor idade e tempo de contribuição para aposentadoria (tendo em vista a dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres), terras assentadas com registro nos nossos nomes e direito à interrupção da gravidez em casos de estupro, por exemplo, foram todos conquistados a duras penas.

Se atualmente temos qualquer direito enquanto mulheres é porque lutamos e arrancamos eles com toda nossa garra. Entretanto, sabemos que os direitos já conquistados não são o suficiente e, ainda assim, estamos sofrendo ataques e correndo sério risco de perdê-los. Deste modo, fica claro que ainda há muito a ser feito, resistindo para não perder o que já conquistamos e lutando para avançar rumo a uma sociedade justa e igualitária.

Mulheres como Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, Sofia Garrido, Maria Lacerda de Moura, Espertirina Martins tiveram grande importância e influência para o avanço de nossa peleia. Foram mulheres fortes e comprometidas com a luta popular, que se empenharam na construção de um mundo melhor, livre de qualquer dominação, seja ela de gênero, de raça ou de classe.

Na luta histórica das mulheres, aquelas que reivindicavam o anarquismo enquanto ideologia tiveram também grande

relevância. Em sua atuação, defendiam que os próprios movimentos sociais se organizassem com igualdade entre todas e todos. Concebiam uma luta popular sem “patrões”, livres de qualquer dominação e autoritarismo. **As mulheres anarquistas entendiam – e entendem! – que a organização política e a luta popular devem ser livres de hierarquias, ou seja, organizadas coletivamente por todas e todos aqueles que estão diretamente envolvidos.**

É assim que concebemos nossa inserção nos movimentos sociais, influenciando-os para que mantenham coerência entre o modo como fazemos hoje e aquilo que queremos para o futuro. São os movimentos sociais que irão nos conduzir à transformação social, desse modo, devemos aprender e praticar agora aquilo planejamos para o amanhã.

A memória dessas mulheres e de suas lutas nos dão força para, ano após ano, encampar uma luta feminista e anarquista contra o patriarcado, a supremacia branca, o capitalismo e o Estado. Especialmente no mês de março, vários movimentos sociais e organizações políticas desenvolvem atividades para lembrar o dia internacional de luta das mulheres.

No dia 8 de março a **Coordenação Anarquista Brasileira**, através das suas organizações integrantes, fez e participou de diversas atividades de luta de mulheres em várias cidades, com espaços de formação e discussão, atos de rua, e muito mais!

Por mais que o capitalismo tente se apropriar desta data, transformando-a numa exaltação do consumismo e querendo silenciar as diversas violências que sofremos por meio de flores e presentes, permaneceremos firmes na construção da luta cotidiana por direitos, por uma vida digna, por socialismo e liberdade! Foi uma longa caminhada de conquistas que nos estimula a permanecermos caminhando de mãos dadas para que consigamos mais!

GT Gênero - Coordenação Anarquista Brasileira

12º Encontro Latino-Americano de Organizações Populares Autônomas realizado em Montevideu contou com mais de 200 pessoas que trocaram experiências sobre trabalhos sociais. Pg. 4

Coletivo Mulheres Resistem de Alagoas realiza oficinas de autodefesa com objetivo de criar meios de enfrentamentos às situações sofridas cotidianamente pelas mulheres. Pg. 2

As mulheres indígenas são dos grupos mais afetados por violência e perseguição tanto de fazendeiros quanto de forças do próprio Estado. Conheça mais sobre sua luta. Pg. 3

Rafael Braga, jovem negro que se tornou conhecido por ter sido preso injustamente em junho de 2013 durante manifestações contra aumento de passagens no Rio de Janeiro continua em busca de justiça. Pg. 4

Mulheres curdas dividem postos de decisão e participam de frentes armadas em comunidades autogestionadas em Rojava. Pg. 3

“Nosso desafio continuará sendo buscar vida digna para as mulheres do povo” Entrevista com Lorena Castillo, militante da Federação Anarquista Gaúcha. Pg. 3

Os heróis nunca morrem – poema de inspiração anarquista de Leila Maria. Pg. 3

Movimento de Organização de Base promove atividades políticas e culturais na região do ABC em São Paulo. Pg. 4

EDITORIAL

É com grande prazer que a **Coordenação Anarquista Brasileira (CAB)** lança a primeira edição de **Luta Social**, uma publicação autogestionária e de circulação nacional que tem como objetivo a divulgação de temas e trabalhos que ilustram a expansão das ideias e práticas anarquistas no Brasil e no mundo.

Essa nova publicação reverencia e alinha-se à histórica tradição de muitas outras publicações anarquistas como *A Lanterna*, *A Voz do Trabalhador* e *Ação Direta*, que tiveram não só significativo papel na divulgação de lutas e princípios de organização anarquista, mas também representam hoje importantes documentos e registros de sua época.

Esta edição, dedicada à celebração da participação das mulheres nas lutas populares, conta com um artigo principal, na capa, que faz um balanço histórico e crítico da relevância e do envolvimento das mulheres em movimentos e lutas sociais no Brasil e no mundo. Ela também traz um texto que trata da luta das mulheres indígenas no Brasil, um dos grupos que sofrem maior perseguição política hoje no país; além disso, na sessão “Você Sabia?”, há uma breve introdução ao movimento das mulheres curdas, que integram as forças armadas e dividem postos de decisão e liderança nas comunas autogestionárias em Rojava.

Na entrevista do mês, a militante Lorena Castillo, que há mais de uma década integra a Federação Anarquista Gaúcha (FAG), comenta suas impressões sobre o histórico e atualidade da participação das mulheres nas lutas libertárias e anarquistas. O trabalho de formação com objetivo de levar técnicas de autodefesa para mulheres realizado em Alagoas é retratado num artigo assinado pelo Coletivo Mulheres Resistem, e no espaço de livre expressão, a companheira Leila Maria, da Bahia, traz poemas que refletem os desafios e dilemas implicados na luta popular anarquista.

Para fechar, a edição conta ainda com um relato sobre 12º Encontro Latino-Americano de Organizações Populares Autônomas (ELAOPA), realizado em fevereiro deste ano em Montevidéu, e um informe sobre o caso de Rafael Braga, preso injustamente em 2013.

A publicação **Luta Social** é trimestral e todo conteúdo que não é produção da própria Coordenação Nacional é assinado pelo grupo colaborador. Se você quiser divulgar trabalhos que informem e reflitam lutas sociais, desde uma perspectiva libertária e/ou anarquista, mande sua sugestão para: cab.br@riseup.net. **Divulgar para informar, informar para lutar, lutar para resistir!** **Vida longa ao anarquismo organizado! Lutar! Criar! Poder popular!**

GT de Comunicação da CAB

A Luta das Mulheres Indígenas no Brasil

“Mulheres indígenas sofreram esterilização forçada. Mulheres e crianças são violentadas e assassinadas por pistoleiros como forma de intimidar o povo a deixar a aldeia. Os responsáveis não são punidos. Na aldeia Tururucari-Uka, do povo Kambeba, as casas foram derrubadas várias vezes. A cacique de lá é uma mulher. Ela lutou bravamente e a aldeia hoje continua no mesmo lugar. Uma comunidade não indígena invadiu a aldeia na tentativa de expulsá-los. O líder da invasão disse aos Kambeba: pra que índio quer tanta terra?”

Esse é o relato de Marcia Wayna Kambeba, do povo Omaguá Kambeba que ilustra situação comum à muitas comunidades indígenas que resistem aos ataques de donos de terra e de forças do Estado por todo o país.

Em um território tão vasto e populoso como é o Brasil, pouco se reflete sobre a complexidade de viver em um país onde habitam pelo menos 305 povos originários, falantes de mais de 274 línguas diferentes. A maior parte dessa população indígena, segundo o Censo IBGE 2010, 896.917 pessoas, distribui-se por milhares de aldeias, situadas no interior de 704 terras Indígenas, em todo o território nacional.

Não há dúvidas, portanto, estamos diante de um cenário de repetidos massacres. Indígenas no Brasil, sobreviventes da extinção de seus povos, ainda resistem com as marcas da colonização imperial, bandeirante, cristã e militar de ontem, e das ofensivas neoliberais da colonização de hoje, que chegam via estado, agronegócio e muitas vezes travestidas pela atuação das ONGs e entidades de caridade.

Dentro desse quadro de complexidades e lutas amplamente ignoradas em nossa sociedade, principalmente em espaços urbanos, inclusive em muitos espaços de lutas feministas e periféricas, está a parcela mais baixa da pirâmide das pessoas que sofrem opressão no Brasil: as mulheres indígenas.



MULHERES RESISTEM: Coletivo organiza oficinas de autodefesa para mulheres em Alagoas



A violência contra a mulher é realidade nas ruas, em nossas casas, nos relacionamentos, locais de trabalho e estudo. Lutar diariamente contra estupros, espancamentos, agressões verbais, ameaças de morte ou privação de direitos é hoje pauta flamejante de muitos movimentos de mulheres pelo Brasil, na América Latina e pelo mundo. Pensando no encorajamento para autonomia e o protagonismo das mulheres, o Coletivo Mulheres Resistem de Alagoas, vinculado à Resistência Popular Alagoas, acredita que para além da dependência única dos meios legais de denúncia é preciso estimular o aprendizado da autodefesa enquanto estratégia e resposta urgente e imediata às violências cometidas contra as mulheres, especialmente a violência física.

No primeiro dia de oficina, as mulheres da resistência receberam instruções do Núcleo Dragão Negro do Vovimam Integral Brasil juntamente com as mulheres da comunidade do Vergel para discutir a violência contra as mulheres e participar de uma oficina de autodefesa feminina, dando os primeiros passos do Núcleo El Bando de Autodefesa. Já no segundo dia, as mulheres receberam a instrutora Carla Brandão e o instrutor Ricardo Max, reforçando o primeiro treino, e aprofundando as repetições dos movimentos mais marcantes para a prática.

Vale lembrar que a intenção das oficinas não é a de, por meio de um único treinamento, colocar automaticamente as mulheres em situação de reação insegura resultante da falta de prática, e sim criar meios de enfrentamentos às situações sofridas cotidianamente pelas mulheres da Zona Sul de Ma-



ceió, despertar o interesse para a importância da necessidade de saber ser violenta e ainda estabelecer treinamentos constantes, agregando mais mulheres, sejam elas da comunidade ou não. E assim, aos poucos, ir inserindo o debate da violência contra a mulher e colocando o Núcleo El Bando como atividade permanente da Casa da Resistência.

Coletivo Mulheres Resistem

“A violência contra a mulher indígena não é só estupro. Nós passamos por constrangimentos de todas as formas. Por exemplo, quantas vezes já ouvi ‘você não tem cara de índia!’. Se a mulher não fala mais a língua materna é brutalmente criticada. Se usa roupa também é criticada ou chamada de ‘aculturada’. E o casamento sem que ela sinta vontade de se casar? E ainda quando a natureza é agredida, a mulher indígena também sente. A terra, a água e a mata são femininas”, reafirma Marcia Wayna Kambeba.

Hoje o principal enfrentamento dos povos originários no Brasil é pela demarcação de suas terras ancestrais e sagradas. A demarcação de suas terras é sem sombra de dúvidas pauta de enfrentamento à violência contra as mulheres. Sem este reconhecimento, toda a comunidade se desestrutura e uma série de agressões ocorre atingindo, sobretudo, as pessoas mais vulneráveis que são as mulheres. A demarcação é pauta de gênero e de defesa das mulheres indígenas.

Terra, Vida, Justiça e Demarcação já!

Naya Porã - Coletivo Zabelê

“Nosso desafio continuará sendo buscar vida digna para as mulheres do povo e também desafiar o movimento de mulheres a combater as ideias do Estado, dos governos, das estruturas de opressão”

Entrevista com Lorena Castillo, militante da Federação Anarquista Gaúcha

Com trajetória de mais de duas décadas construindo lutas e movimentos populares em Porto Alegre, Lorena Castillo comenta as conquistas e desafios das mulheres nas lutas políticas e sociais, e compartilha suas impressões sobre os potenciais e avanços necessários no contexto de ascensão do conservadorismo e perda de direitos sociais que vivemos em nosso país. Abaixo alguns trechos da entrevista que pode ser lida na íntegra no site: www.vermelhoenegro.net

Luta Social: *Quais foram as principais conquistas que as lutas de mulheres alcançaram até agora? E quais são as questões que devem ser prioritárias neste campo atualmente?*

Lorena Castillo: Nós acreditamos que o tema da mulher, dos direitos das mulheres, ganhou mais evidência, mas não houve concretamente grandes vitórias. Por exemplo, para as mulheres trabalhadoras, as licenças maternidade, que deveriam ser efetivadas com um tempo justo, não são ainda; no quesito saúde, ainda existe muita burocracia e falta de vontade política e incentivo para que as mulheres pobres possam ter dignidade; no tema educação e creche, então, nem se fala, os municípios estão fechando escolas de educação infantil, creches etc.

Portanto, companheiras, muita luta ainda precisa ser feita. E fazer esta constatação não é fazer “terra arrasada”. Certamente temos hoje alguns avanços que nossas mães e avós lutaram muito para que a gente tivesse. Mas o Estado é e continuará machista, inimigo das mulheres oprimidas.

Nossa luta, nosso desafio, continuará sendo buscar vida digna para as mulheres do povo, as de baixo, e também desafiar o movimento de mulheres a combater as ideias do Estado, dos governos, das estruturas de opressão.

Pensamos que o desafio passa também por buscar inserção social, estar metida até os cabelos nas lutas com as de baixo, encorajando as companheiras a se somarem nas peleias cotidianas, sejam elas mães, jovens, senhoras. Precisamos criar condições para que estas mulheres possam estar na vida política. E criar condições significa garantir cirandas para as nossas crianças, fazer encontros entendendo as condições difíceis das mulheres que trabalham para viver, cuidam dos filhos, que ainda são as que mais se responsabilizam pelos afazeres domésticos... Fazer reuniões com estas preocupações já seria um bom

Mulheres curdas estão liderando uma revolução feminista e autogestionada no norte do Iraque



VOCÊ SABIA?

- Que em pleno Oriente Médio existe uma região chamada de “Rojava” em que o povo (curdo) se autogoverna tendo como base para convivência: a democracia direta, a ecologia e o feminismo?

- Que os curdos são a maior etnia do mundo sem um Estado Nação, ou seja, um povo que teve seu território dividido entre 4 países após a 1ª Guerra Mundial?

- Que o movimento de resistência curda tem presença em pelo menos quatro países: Síria, Irã, Iraque e Turquia e ele se caracteriza desde o início pelo importante papel representado pelas mulheres, tanto nos campos de batalha como na formação de um novo sistema político?

- Que as mulheres curdas estão lutando no Oriente Médio para proteger seus direitos como seres humanos, já que, na Turquia, a cada dia, cinco mulheres são assassinadas nas mãos dos homens, no Irã, a mulher é considerada meramente um animal reprodutor, e no Iraque, as condições das mulheres são ainda mais duras que nos tempos de Saddam?

- Que Rojava é o território autônomo que corresponde ao Curdistão Sírio, onde, além de uma guerra civil acontecendo desde 2011, o povo curdo dali precisa combater o avanço do Estado Islâmico (ISIS), um grupo terrorista que pretende formar um califado, ou seja, uma forma islâmica monárquica de governo, no Iraque e na Síria?

- Que os habitantes de Rojava são majoritariamente curdos, mas todas as etnias, religiões e gêneros são respeitados, em especial a mulher no processo revolucionário de autogoverno?

- Que o povo curdo utiliza armas somente para autodefesa, em uma milícia que recebe formação política e feminista, e que a detenção é considerada ultimo recurso, pois, de acordo com os princípios do sistema legal da região autônoma, as pessoas detidas não devem ser vistas como criminosas, mas como pessoas em reabilitação?

- Que a Unidade de Proteção das Mulheres (YPI) é uma organização militar curda formada exclusivamente por mulheres, iniciada em 2012 como uma brigada feminina das Unidades de Proteção do Povo (YPG) dentro do movimento de resistência curda, já no final de 2014 contava com 7 mil voluntárias com idade entre 18 e 40 anos?

- Que o YPG é uma unidade de proteção mista (composta por homens e mulheres), uma força armada anticolonial não nacional, que está sendo criada com a pretensão de garantir a segurança de todos os povos oprimidos do Oriente Médio, e que, por outro lado, a autodefesa é profundamente localizada e seu significado se estende através de assembleias de bairro, academias e comunas?

- Que toda comuna tem um conselho, em que as mulheres ocupam metade dos cargos; que para acontecer a assembleia, deve haver presença de um mínimo de 40% de mulheres, e que elas que decidem a vida das mulheres, têm poder de veto, proibiram a poligamia e o casamento infantil, além de tem espaços e casas apropriadas para acolher mulheres em risco?



caminho. Afinal, não queremos somar à luta somente aquelas mulheres mais jovens e com mais tempo livre, certo?

É importante também formar referências feministas que não afastem estas companheiras, que não sejam apenas debates acadêmicos, que são muitas vezes inférteis e que só polemizam por polemizar. Estas referências devem, sobretudo, ter condições de encorajar as mulheres de baixo a se tornarem sujeitas de sua própria história.

E, para não deixar de mencionar, nas organizações políticas anarquistas precisamos elevar o nível de participação de nossas companheiras nas tarefas de produção teórica-ideológicas, incentivar, criar as condições, buscar fortalecer estas militantes de igual para igual, como pensamos que deve ser.

Não acreditamos em divisionismo; somos federalistas. Portanto, o debate sobre a condição das mulheres deve ser federativo, apesar dos espaços específicos que devem continuar existindo, e isso deve ser compartilhado entre todas e todos. Afinal, queremos construir um mundo de mulheres e homens livres.

Os heróis nunca morrem – Leila Maria

O silêncio não é inocente
Tantas bombas são lançadas
Tantas vidas são ceifadas
Medo de tudo, medo do nada
É insegura a caminhada.

O silêncio não é inocente
Sobre um povo que padece
Sobre um rosto de forma triste
Mas você não age, não sente
É insegura a caminhada.

O silêncio não é inocente
Compaixão só para os cristãos?
Onde está a poça dos direitos humanos?
Rasgam o coração, cospem em Alá
É insegura a caminhada

O silêncio não é inocente
O que remove vem da Europa
O que aterriza vem do Oriente
Não é notícia, nem novidade
É insegura a caminhada

O silêncio não é inocente
E tantos mortos, companheiros
Enquanto o peito a chama queima
Em Estado de paz ausente
Sonha e luta povo valente.

O caso do Rafael Braga e a justiça supremacista

Rafael Braga é um jovem negro que se tornou conhecido quando foi preso em junho de 2013 durante a maior das manifestações que tomaram o centro do Rio de Janeiro nos atos contra o aumento da passagem. Apesar de não estar participando das manifestações, ele foi detido portando pinho sol em garrafas de plástico. A polícia classificou o material como matéria-prima para produção de coquetéis molotov, mesmo após perícia concluir que havia potencial explosivo mínimo. Rafael foi condenado à 5 anos de prisão. Em dezembro de 2015, ele saiu em condicional sendo monitorado por tornozeleira e, em janeiro de 2016, foi preso na favela onde mora, quando a PM da UPP local forjou quantidades mínimas de maconha e cocaína, além de um morteiro, em sua posse.

Recentemente, o Ministério Público publicou as alegações finais da acusação em relação à segunda prisão, recomendando a condenação do Rafael por tráfico de drogas e associação ao tráfico. Lendo as alegações, nota-se que todas as afirmações da defesa foram ignoradas ou negadas como provas pífias. Rafael atualmente corre o risco de ser condenado pela segunda vez levando-se em consideração somente a palavra de policiais. Isso é possível graças à Súmula 70, que diz: "O fato de restringir-se a prova oral a depoimentos de autoridades policiais e seus agentes não desautoriza a condenação." É importante salientar também que no decorrer das audiências de instrução, o juiz negou todas as diligências pedidas pelos advogados de defesa, como o GPS da tornozeleira do Rafael, GPS da viatura que conduziu o Rafael, imagens da câmara da viatura e imagens da câmara do UPP. Segundo o juiz, tais provas seriam irrelevantes.



Para nós, é nítido que não importa o que digam os advogados do Rafael ou que se consiga provar, a justiça arranjará um jeito de condená-lo. Assim como faz com milhares de outras pessoas negras que são a grande maioria no sistema carcerário brasileiro, a justiça possui um plano para ele: girar a máquina do encarceramento em massa. O encarceramento em massa é uma das ferramentas que a supremacia branca usa para por em prática o seu projeto genocida. Enquanto a PM mata e prende negros sob a sombra de leis brancas, o judiciário trata de condenar até os que não fizeram nada. É o executivo, o legislativo e o judiciário trabalhando lado a lado pra garantir a continuidade do sistema.

Declaramos todo nosso apoio à Campanha pela Liberdade de Rafael Braga.

Contra o encarceramento em massa!

Contra o genocídio do povo negro!

Destruir a supremacia branca!

Para saber mais sobre Rafael Braga, acesse:

www.libertemrafaelbraga.wordpress.com

Movimento de Organização de Base promove atividades políticas e culturais na região do ABC em São Paulo

O pró-MOB ABC (Movimento de Organização de Base) cujo princípio baseia-se na organização horizontal das classes dominadas, vem se estruturando na região do ABC Paulista desde o final do ano de 2015. Realizando debates e eventos sobre os mais variados temas de interesse, com objetivo de suprir a demanda por atividades culturais e formativas na região. Com participação popular e caráter democrático, o pró-MOB busca gerar acúmulo de experiência na luta e organização para os de baixo.



Entre os debates organizados pelo pró-MOB destacam-se: música de protesto e sua relação no período da ditadura civil-militar no Brasil, recursos hídricos seu uso e escassez; ocorridos em São Bernardo do Campo e a questão do feminismo nas lutas sociais, ocorrido em Ribeirão Pires.

No ano de 2017, o pró-MOB ABC pretende dar continuidade aos seus eventos na região e colaborar na aproximação e organização na luta pelas conquistas das demandas das classes oprimidas.

Para conhecer e participar, entre em contato conosco: <https://www.facebook.com/Núcleo-Pró-Movimento-de-Organização-de-Base-ABC>

Criar povo forte, contra o ajuste e repressão! Relato sobre o 12º ELAOPA

Nos dias 11 e 12 de fevereiro se realizou em Montevideu (Uruguay) o XII Encontro Latino-Americano de Organizações Populares Autônomas, na sede da FOICA (Federación Obrera de la Industria de la Carne), um antigo sindicato no histórico bairro Cerro, que hoje funciona como espaço cultural, com biblioteca, auditório, aula de artes marciais e outras atividades.

O encontro contou com a participação de mais de 200 pessoas, dezenas de organizações sociais de base do Uruguai, Brasil, Chile, Colômbia, Venezuela, Argentina, além de observadores internacionais. Ao longo dos dois dias debateram-se a conjuntura nos países latino-americanos e temas que compreenderam Gênero-Etnia-Sexualidade, Comunitário Territorial, Sindical, Estudantil-Educação, Direitos Humanos, foram discutidos através de gru-



pos de trabalho. No último dia foram realizados os encaminhamentos em uma grande plenária final.

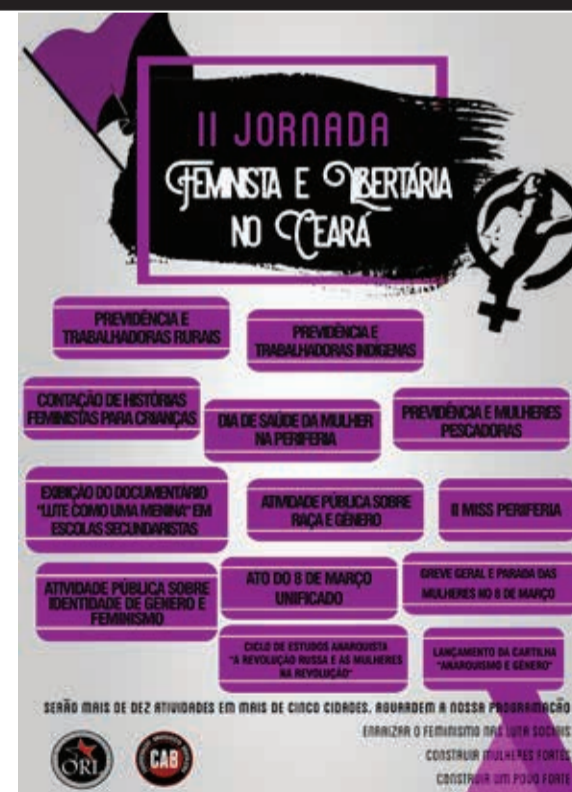
A 12ª edição do ELAOPA demonstrou-se como importante momento de fortalecimento de iniciativas latino americanas que lutam pela construção de um povo forte, ao propor formas de organização e articulação desde a base, além de formas de mobilizações que façam frente ao ajuste e repressão que nos impõem os de cima.

Arriba las y los que luchan!

Pela liberdade de Rafael Braga!

Solidariedade aos militantes do Bloco de Lutas de Porto Alegre, criminalizados por lutar!

Solidariedade aos militantes sindicais de Cachoeirinha que estão sofrendo processos e perseguições!



No mês de março, a **Organização Resistência Libertária (ORL)**, localizada em Fortaleza, CE, realizou sua II Jornada Feminista e Libertária que contou com uma série de atividades que refletiram sobre o contexto de corte nos direitos sociais da classe explorada, que atinge sobretudo as mulheres, com objetivo de enraizar o feminismo nas lutas sociais da nossa classe. Saiba mais em: <https://www.facebook.com/ORLibertaria>